

ANDRADE, Carolina Romano de. *Dança com criança: um diálogo com a educação formal e os documentos reguladores do ensino*. São Paulo: Instituto de Artes, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP-SP. Programa de Pós Graduação em Artes e Comissão Permanente de Pesquisa, PNPD/CAPEs, estágio pós-doutoral. Supervisão: João Cardoso Palma Filho.

Dança com criança: um diálogo com a educação formal e os documentos reguladores do ensino.

RESUMO: Esta comunicação apresenta um recorte da pesquisa de pós-doutoramento intitulada "Dança, Criança e Currículo: Um panorama do ensino de Dança na Educação infantil nas capitais brasileiras por meio dos documentos e orientações oficiais", especificamente trata-se da discussão sobre os documentos que regulam a Educação Infantil em âmbito nacional e suas relações com a dança. Apresento a parte da pesquisa que se referiu ao tratamento do material: organização, identificação e os caminhos para a definição de um quadro teórico de referências, que apontarão para as definições de dança, movimento e educação presentes nos documentos.

PALAVRAS-CHAVE: dança: educação: educação infantil

Dance with children: a dialogue with formal education and teaching regulatory documents.

ABSTRACT: This paper presents a review of the postdoctoral research entitled "Dance, Child and Curriculum: An Overview of Dance Teaching in Childhood Education in Brazilian Capitals through official documents and guidelines", specifically the discussion about the documents that regulate the Infantile Education in national scope and its relations with the dance. I present the part of the research that referred to the treatment of the material: organization, identification and the paths for the definition of a theoretical framework of references, which will point to the definitions of dance, movement and education present in the documents.

KEYWORDS: dance: education: early childhood education

A dança e o currículo na Educação Infantil: caminhos e perspectivas.

O despertar para este estudo surgiu da sugestão do Prof. Dr. João Cardoso Palma Filho durante a defesa de tese intitulada *Dança para criança: uma proposta para o ensino de dança voltada para a Educação Infantil* (ANDRADE, 2016), sob a orientação da Prof. Dra. Kathya Maria Ayres de Godoy, apresentada no Instituto de Artes da Unesp-SP, no dia 29/03/2016.

Nessa ocasião, o professor destacou a importância de ampliação a nível nacional, do mapeamento que realizei nos municípios do Estado de São Paulo nas diretrizes/propostas/orientações curriculares para a Educação Infantil (EI), com o objetivo de conhecer os documentos e o que proferiam sobre dança e movimento.

Optei por destacar esse levantamento sobre os documentos municipais, pois naquele momento da escrita da tese proporcionam um panorama da situação da dança na EI no Estado de São Paulo e me fizeram refletir sobre a necessidade de ampliar esse olhar especificamente para os documentos que apontassem a dança e o movimento em uma abrangência nacional.

Durante a pesquisa de doutorado, pude verificar que algumas as Secretarias de Educação têm se preocupado em elaborar documentos para a Educação Infantil com o intuito de aprimoramento da qualidade da educação dos municípios.

O pós-doutoramento em questão é um desdobramento do doutorado supracitado, e tem o objetivo de refletir sobre o tipo de dança que está sendo apresentada na Educação Infantil (EI) por meio da identificação das concepções de dança, movimento e educação nas diretrizes/propostas/orientações curriculares municipais para a Educação Infantil nas cinco regiões do país, pela busca dos documentos curriculares que regulamentam o ensino nas 26 capitais dos Estados do Brasil e do Distrito Federal.

A opção por pesquisar os currículos de EI, das capitais municipais se explica por possuírem uma rede de ensino que por sua extensão e autonomia têm seus próprios documentos curriculares norteadores¹.

¹ Cabe destacar que os municípios não tem obrigatoriedade em elaborar seus documentos norteadores curriculares, mesmo porque as realidades dos municípios são diversas. Alguns municípios ainda não estão com o ensino totalmente municipalizado. Outros possuem apenas uma EMEI (Escola Municipal de Educação Infantil), o que não justificaria o esforço de elaboração de um documento. Os municípios maiores, por sua vez, entendem a necessidade

Além disso, como observado no relatório do Cenpec (2015) *“Currículos para os anos finais do ensino fundamental: concepções, modos de implantação e usos”*, justifica-se a opção por analisar as propostas curriculares porque esse tipo de documento promove a organização das políticas educacionais, aliados a ideologia política, e são produzidos por autoridades legitimadas, sejam por sua especialidade na área de ensino ou por sua representatividade política.

Tal autoridade se origina do fato de que esse discurso é produzido pelo Estado e, muitas vezes, é reforçada pela capacidade científica e intelectual de um corpo de especialistas, tendendo a ser capaz de criar uma crença na verdade daquilo que prescreve e na realidade daquilo que anuncia e que busca fazer advir (CENPEC, 2015, p.16).

Diante das mudanças da educação advindas da BNCC², os municípios terão que adequar suas diretrizes/propostas/orientações curriculares, respeitando esse novo documento.

A Base Nacional Comum Curricular é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica. Conforme definido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), a Base deve nortear os currículos dos sistemas e redes de ensino das Unidades Federativas, como também as propostas pedagógicas de todas as escolas públicas e privadas de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, em todo o Brasil (BRASIL, 2017).

Isto posto, a ideia com é obter um panorama do que está sendo proposto na dança para a EI no Brasil. Por meio da análise de referenciais, parâmetros, orientações e/ou propostas curriculares, se propõe a verificar as possíveis lacunas existentes nesta subárea³ da dança; revelar o que vem sendo apresentado para a escola; os referenciais teóricos adotados; as convergências e divergências teóricas, entre outros.

de organizar seu ensino por meio da elaboração de diretrizes/propostas/orientações curriculares municipais para EI, levando em consideração as características das suas redes de ensino.

² A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) foi homologada pelo ministro da Educação, Mendonça Filho, quarta-feira, 20 de dezembro de 2017.

³ Para esta pesquisa, ao me referir à *subárea Dança Educação Infantil*, trata-se de um destaque de uma parte da grande área de Dança.

Nessa perspectiva a dança, ainda é uma área de conhecimento a ser explorada, descoberta e há muito que fazer pensar, escrever, produzir, relatar. Sendo assim, esta pesquisa pode permitir a construção de um diálogo entre universidade e Secretarias Municipais de Educação, no tocante ao auxílio de proposições para a dança e movimento, subsidiar a formulação de novas orientações curriculares para EI baseadas nos resultados desse pós-doutoramento em consonância com a BNCC.

Coleta dos documentos para a análise.

Um dos desafios desta pesquisa se referiu à coleta dos documentos para a análise a fim de abranger todas as regiões brasileiras⁴.

Com o disposto na lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, foi decretado no, Art. 7º “É dever dos órgãos e entidades promover, independente de requerimento, a divulgação em seus sítios na Internet de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas”.

No § 3º, o decreto afirma que deverão ser divulgadas, na seção específica informações sobre: estrutura organizacional, competências, legislação aplicável, principais cargos e seus ocupantes, endereço e telefones das unidades, horários de atendimento ao público; programas, projetos, ações, obras e atividades, com indicação da unidade responsável, principais metas e resultados e, quando existentes, indicadores de resultado e impacto; repasses ou transferências de recursos financeiros; entre outros.

Dessa maneira, com o intuito de adequar-se à lei, União, Estados, Distrito Federal e Municípios construíram seus próprios portais de informação.

Por esse motivo, utilizo como fonte primária para esse mapeamento, os dados obtidos nos sites das prefeituras municipais das capitais do Brasil. A primeira etapa, portanto, constitui de uma consulta aos sites das secretarias de

⁴ O período de coleta e seleção dos documentos iniciou em dezembro de 2016 e finalizou em junho de 2017.

educação das prefeituras municipais, a fim de buscar as orientações curriculares para a Educação Infantil.

Entre as capitais das 27 unidades federativas (sendo 26 estados e um distrito federal), divididos por região Sul, Sudeste, Centro Oeste, Norte e Nordeste⁵, as prefeituras de Aracaju- SE, Boa Vista- RR, Belém-PA, Cuiabá-MT, Campo Grande-MS, Fortaleza-CE, João Pessoa-PB, Macapá-AP, Recife-PE, Rio Branco-AC, São Luís-MA⁶ Porto Velho-RO, Palmas-TO não possuíam documento no site⁷ e por isso não entraram na tabulação dos dados⁸.

Todas as prefeituras que não possuíam documentos no site foram convidadas por e-mail para disponibilizarem seus documentos, por essa via somente a prefeitura de Porto Alegre, disponibilizou.

Ao terminar esse levantamento, constatei que das 26 capitais e 1 distrito federal um total de 15(55,5%) municípios possuem diretrizes/propostas/orientações curriculares para a EI. Conforme podemos observar no mapa abaixo:

⁶ O documento encontra-se em elaboração.

⁷ Todas as prefeituras que não possuíam documentos no site foram convidadas por e-mail para disponibilizarem seus documentos, somente a prefeitura de Porto Alegre.

⁸ A consulta foi realizada entre os dias 10 de março e 24 de janeiro de 2018.



Figura 1: Mapa das capitais e seus documentos municipais

Fonte: A pesquisadora

Compilando os dados

De acordo com o levantamento observei que os documentos são de natureza distinta, alguns são diretrizes, propostas pedagógicas, orientações curriculares outros são matrizes curriculares, entre outras nomeações, fato que se repete por todo território nacional, de acordo com Brasil (2010). Essas diferenças se refletem no propósito dos documentos.

Nomes dos documentos encontrados	Ano de Publicação
Educação Infantil Caderno I- Princípios e	2016

fundamentos, Curitiba (PR).	
Documento Orientador da Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre (RS)	2016
Diretrizes Curriculares da Educação Básica da Rede Municipal de Florianópolis (SC)	2015
A Educação Infantil do Município de Vitória: um outro olhar (ES)	2006
Proposições Curriculares para a Educação Infantil, Belo Horizonte (MG).	2015
Orientações curriculares para a Educação Infantil Rio de Janeiro (RJ)	2010
Orientações curriculares Expectativas de Aprendizagens e Orientações Didáticas-São Paulo (SP)	2007
Currículo em Movimento da Educação Básica Educação Infantil Brasília (DF)	2013
Infâncias e Crianças em Cena: por uma Política de Educação Infantil para a Rede Municipal de Educação de Goiânia (GO)	2014
Orientações Curriculares Para a Educação Infantil a Rede Municipal de Maceió (AL)	2015
Referencial Curricular Municipal de para a Educação Infantil de Salvador (BA)	2015
Diretrizes Curriculares do Município de Teresina (PI)	2008
Referenciais curriculares para a Educação Infantil Natal (RN)	2008
Proposta Pedagógico-Curricular de Educação Infantil Manaus (AM)	2016
Referencial pedagógico para Educação Infantil do município de Palmas (TO)	2009

Quadro 1: Nomenclaturas utilizadas pelas prefeituras para definir seus currículos.

Dessa maneira, inicialmente foi necessário entender qual o significado dessas terminologias que acabam por definir o conteúdo de cada documento, já que essas nomenclaturas estão presentes nos documentos municipais consultados por essa pesquisa.

Diretrizes Curriculares- são normas obrigatórias que orientam o planejamento curricular das escolas e sistemas de ensino (MENEZES e SANTOS, 2002). Essa terminologia é utilizada nas capitais municipais de Florianópolis e Teresina.

Propostas pedagógicas ou proposta curricular- De acordo com Kramer (1997) os termos são sinônimos. As propostas curriculares estão articuladas com políticas nacionais e municipais e com a questão da autonomia da escola, incentivando as instituições a recortar, dentro das áreas de conhecimento, os conteúdos que se ajustam para a formação das competências que estão explicitadas nas diretrizes curriculares. (ANDRADE, 2016). Essa terminologia é utilizada em Manaus.

Proposições ou Orientações curriculares ou documento orientador- oferecem expectativas sobre aprendizagens que podem ser promovidas com as crianças com indicação sobre como colocá-las em prática (IDEM, 2016). Essa terminologia é utilizada em Belo Horizonte (proposições) e em São Paulo, Rio de Janeiro e Maceió (orientações).

Referencial curricular ou referencial pedagógico- “o Referencial é um guia de orientação que deverá servir de base para discussões entre profissionais de um mesmo sistema de ensino ou no interior da instituição, na elaboração de projetos educativos singulares e diversos (BRASIL, 1998)”. Ele não tem caráter mandatório, e como o próprio nome diz serve de referência para conceber os currículos. Essa terminologia é utilizada em Salvador, Natal e Palmas.

Currículo- para a Educação Infantil, as diretrizes nacionais (DCNEI, 2010) definem como práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos de mundo. Terminologia utilizada em Brasília.

Algumas prefeituras utilizam termos diferentes dos elencados acima para seus currículos. Curitiba, foca nos princípios e fundamentos da educação, Vitória escolheu um nome poético para definir suas opções curriculares e Goiânia destaca em seu documento a defesa de uma política para a Educação Infantil.



Figura 2: Quando foram elaborados os documentos municipais.

Fonte: A pesquisadora

Outro ponto que destaco na coleta de dados foi à data de publicação dos documentos encontrados. Entre os quinze documentos (60%), nove

municípios, entre os quais, Porto Alegre, Florianópolis, Curitiba, Goiânia, Brasília, Belo Horizonte, Maceió, Salvador, Manaus, foram publicados antes de 2013, depois da publicação dos DCNEI (2010) e 6 municípios (40%) entre eles, São Paulo, Vitória, Rio de Janeiro, Palmas, Teresina e Natal os documentos são anteriores a publicação das diretrizes nacionais de 2010.

Algumas considerações sobre a seleção dos documentos

Depois de terminada a etapa referente à coleta das propostas de currículos escolares elaboradas pelos municípios das capitais dos estados para a Educação Infantil, notei que as secretarias de educação possuem características muito diferentes umas das outras, principalmente no que tange ao número de escolas, quanto às divisões de ensino e, sobretudo, quanto a objetivos e metas dos municípios expostas nos documentos coletados.

A fim de englobar todas as regiões brasileiras na realização desse estudo, adotei uma amostra dentro do universo dos 15 documentos encontrados, distribuídos em região sul: Curitiba-PR, Porto Alegre-RS, Florianópolis-SC; região sudeste: Vitória-ES, Belo Horizonte-MG, Rio de Janeiro-RJ, São Paulo-SP; centro-oeste: Brasília-DF, Goiânia-GO; região nordeste: Maceió-AL, Salvador-BA, Teresina-PI, Natal-RN e região norte: Manaus-AM; Palmas-TO.

Para a seleção documentos e capitais que entraram na análise proposta por esta pesquisa levei em consideração os seguintes critérios:

- Municípios com maior contagem populacional de cada estado em cada região do Brasil.
- Municípios com maior número de documentos que pudessem complementar e esclarecer as questões relativas à pesquisa⁹.

⁹ Nos municípios selecionados existe uma gama de documentos que se referem à EI. Para contemplar os propósitos dessa pesquisa, selecionei apenas aqueles que apresentam as propostas curriculares, e que em algum momento apresentam a dança e o movimento.

Para tanto, respeitando os critérios citados acima, foram escolhidos para a análise as seguintes capitais:

- a. Região Sul- Curitiba- Esse município possui 11 documentos relacionados à Educação Infantil
- b. Região Sudeste - São Paulo- Esse município possui 13 documentos relacionados à Educação Infantil
- c. Região Centro-Oeste- Brasília-DF possui 6 documentos relacionados a Educação Infantil
- d. Região Nordeste- Salvador- Esse município possui 8 documentos relacionados a Educação Infantil
- e. Região Norte- Manaus- Esse município possui 6 documentos relacionados a Educação Infantil

Os caminhos para organização dos dados

O primeiro passo após a leitura foi organizar o material para que pudesse evidenciar as escolhas educacionais de cada município.

As referências foram extraídas dos textos dos documentos, porém encontram-se compiladas e adaptadas para atender às categorias apresentadas.

Para isso estabeleci um conjunto de dados a ser elencado, tais como:

- Capital selecionada e a população (já que esse foi um dos critérios da amostragem);
 - Os documentos consultados e apresentação sobre seus propósitos;
 - Os autores referenciados nos documentos, que podem determinar as escolhas pedagógicas do município;
 - O que os documentos apresentam sobre educação, criança e o profissional da EI.
 - O que os documentos apresentam de concepções de currículo, dança e movimento.
-

- Onde e como a dança aparece no documento e as escolhas curriculares.

Outro aspecto que interessa nos documentos é como ele contribui para a reprodução de um *modus operandi*, com algumas brechas para a transformação da realidade escolar, bem como a autonomia das escolhas curriculares.

Para tanto ao analisar os documentos municipais procurei entender a natureza política, por quem e como o texto foi criado (professores, órgãos públicos, empresas, etc...); quais as relações políticas estão imbricadas (quais as escolhas educacionais são privilegiadas); qual período foi produzido, levando em conta as leis em vigência; quais posicionamentos das secretarias municipais coadunam com as sugestões e as decisões mandatórias dos documentos nacionais. Bem como, a natureza social ligada as permanências e as possibilidades de mudanças e autonomia gerada pelas propostas de currículo pelos agentes da comunidade escolar.

A partir dessas escolhas, trabalhei no propósito de:

- Identificar as concepções de dança, movimento e educação.
- Revelar os referenciais teóricos adotados.
- Definir e classificar as convergências e divergências teóricas.
- Conhecer os objetivos das propostas de dança e movimento.
- Evidenciar as escolhas curriculares na área da dança para a EI no Brasil.

Dessa maneira, apresentarei adiante uma reflexão sobre o tipo de dança que está sendo apresentada na EI, com base nas perguntas que norteiam essa investigação são:

- Quais as correntes de pensamento de Educação que influenciaram na elaboração desses documentos? Os documentos especificam o que é currículo para a EI? Existe

uma concepção de criança e/ou infância?

- Está previsto qual o perfil do profissional as escolhas educacionais?
- Existe um pensamento/concepção de dança e/ ou movimento?
- Essas correntes corroboraram com o tipo de educação para a dança que é apresentada?
- Que tipo de dança é oferecida aos professores e as crianças por meio desses documentos?

Considerando algumas questões da dança na infância.

Após a apresentação dessas etapas e dos caminhos que já percorri e pretendo percorrer com essa pesquisa, reforço a inclusão da dança como linguagem artística a ser desenvolvida na EI, que traz aspectos da comunicação, criação, imaginação, fruição, expressão, entre outros. O intuito desse viés é proporcionar a criança um universo de experiências corporais, artísticas e estéticas, por meio do corpo que dança. Destaco que essa pesquisa adota a dança nessa abordagem.

Isto porque, as relações de sociabilidade, os aspectos motores, cognitivos, entre outros, são primordiais para a criança, e podem acontecer na dança, mas não é seu enfoque principal. O mais importante é destacar que dançando e fruindo dança a criança entra em outro universo de experiências corporais, artísticas e estéticas, que nenhuma outra linguagem pode atingir.

A dança compreendida como arte na escola é fruição, expressão, conhecimento, experiência artística em si, sem necessariamente ter funções atreladas a ela (MARQUES, 2012).

Evidencio que a dança não é um meio para se alcançar objetivos, distanciados da experiência corporal/artística/estética que essa linguagem proporciona, por meio da dança a criança experiencia o seu corpo, Isto porque, a criança é corpo, e esse não é um instrumento, mas é o protagonista da dança.

Marques (2012) reflete que, mesmo com todas as possibilidades de aprendizado apresentados pela dança, ela tem o potencial de experiência corporal estética. Nesse contexto, a dança é experiência, fruição, linguagem, que abrange a comunicação por meio do conhecimento do corpo, do espaço, ritmo, peso, entre outros, como destaca (GODOY, 2013), um conhecimento em que a experiência é (in)corporada, vivida no corpo.

Sob esse viés é que apresento o conhecimento em dança para criança pequena para essa pesquisa, pelo seu caráter artístico, fomentador da criação por meio de experiências corporais dançadas.

Assim, o maior desafio desse pós-doutoramento é refletir sobre as concepções de Dança, Movimento e Educação a fim de fortalecer o campo da dança na EI, em seus aspectos artísticos.

Nessa perspectiva a dança, ainda é uma área de conhecimento a ser explorada, descoberta e há muito que fazer pensar, escrever, produzir, relatar. Sendo assim, esta pesquisa pode permitir a construção de um diálogo entre universidade e Secretarias Municipais de Educação, no tocante ao auxílio de proposições para a dança e movimento, subsidiar a formulação de novas orientações curriculares para EI baseadas nos resultados desse pós-doutoramento em consonância com a BNCC (2017).

Referências Bibliográficas

ANDRADE, C.R. **Dança para criança**: uma proposta para o ensino de dança voltada para a educação infantil. 2016, 339 p. Tese (Doutorado em Artes),- Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Instituto de Artes, 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**, MEC/CONSED/UNDIME NACIONAL, 2017.

_____. Controladoria-Geral da União – CGU **Acesso à Informação Pública**:

Uma introdução à Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, Brasília, 2011.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. v. 01-03. Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil** / Secretaria de Educação Básica. – Brasília: MEC, SEB, 2010.

CENPEC, **Currículos para os anos finais do ensino fundamental: concepções, modos de implantação** e usos. Cenpec, São Paulo, SP Agosto, 2015.

GODOY, K. M. O desafio em formar plateia para dança. In: GODOY, Kathya Maria Ayres de. (Org.). **Experiências compartilhadas em dança: formação de plateia**. v. 1. 1. ed. São Paulo: Instituto de Artes da Unesp, 2013. p. 73-76.

KRAMER, Sonia e LEITE, Maria Isabel.(orgs). **Infância: fios e desafios da pesquisa**. Campinas: Papirus, 1997.

MARQUES, I. **Interações: criança, dança, escola**. São Paulo: Blucher, 2012.

MENEZES, E. T.; SANTOS, T. H. **Dicionário Interativo da Educação Brasileira** – Educa Brasil. São Paulo: Midiamix Editora, 2002.